

PROTAGONISMO E PRÁTICAS JUVENIS DE RESISTÊNCIA SOCIAL

Maria de Fátima da FONSECA¹

Resumo: Análise da questão juvenil em diferentes espaços sociais. Apresentam-se os jovens como protagonistas na perspectiva de construir um conceito em nossa sociedade cujas representações desse segmento são cheio de vulnerabilidades e de repressão à sua diferença. O texto tem como referência as publicações da Secretaría General de la Organización Iberoamericana de Juventud (OIJ) e pretende inquietar estudiosos da juventude visando criar uma visão crítica sobre a questão, buscando a ampliação do debate para construir e fortalecer estudos nessa área.

Palavras-chave: Protagonismo juvenil; participação social; liderança juvenil, direito jovem.

Abstract: Analysis of the juvenile situation in different social places. The young people are presented as the protagonists in the perspective of building a concept in our society which representations of this segment are full of vulnerability and repression to its difference. The text has as reference the publication of Secretaría General de la Organización Iberoamericana de Juventud (OIJ) and intends to unquiet researchers of young people, aiming to create a critical view about this issue, searching to enlarge discussions in order to construct and strength the studies in this area.

Key-words: Juvenile protagonism; social participation; youth leadership; youth law.

Este texto fará uma abordagem do conceito de protagonismo juvenil na formação cultural dos direitos dos povos. Será utilizado o termo juventude(s), para situar os jovens como grupos diferenciados.

A ilustração das várias percepções sobre a atuação desses grupos juvenis mostra-os em um primeiro momento submetidos a um olhar de controle, que é o olhar institucional de igrejas, universidades, governantes ou pesquisadoras.

¹ Doutoranda – Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 14800-901 – Araraquara – SP.

Porém, faz-se necessário admitir que os próprios grupos juvenis quando se envolvem, podem assumir, no seu fazer, um olhar de autonomia, no qual suas necessidades, trocas de experiência e conflitos podem passar por desconstruções de uma série de idéias aprendidas e assimiladas.

Para Santos (2002), no máximo, tais práticas são animadas de aspirações emancipatórias amplas, às quais procuram dar realização parcial e limitada. E entre a realização e a aspiração do possível algumas perguntas vão se constituindo. São perguntas que resultam do excesso das aspirações em relação às realizações de práticas concretas. Na compreensão do ser que se faz, que possui incompletude, os jovens penalizados em seus direitos, juntando-se a uma boa parte da sociedade brasileira, podem construir uma outra história ou pelo menos projetá-la, como possível.

Para isso é importante rever uma palavra que muito se tem usado para ilustrar a participação popular no Brasil. É o conceito de protagonista.

Normalmente, o protagonismo está relacionado a ação de alguém. É o assumir-se como sujeito, pois há uma luta, um confronto de situações e uma dominação hegemônica nesse confronto. Será que a participação popular nestas últimas décadas obteve domínio de sua própria existência material, política e cultural com quem travou a batalha, quais sejam, Estado, mercado, emprego, governo e políticas públicas?

Aqui se tem uma situação dramática e os jovens brasileiros estão como personagens principais.

Os governantes iberoamericanos formulam critérios para caracterizar as novas políticas da juventude:

As políticas públicas deveriam tomar os jovens numa dupla perspectiva: como destinatários de serviços e como atores estratégicos do desenvolvimento, participando protagonicamente da modernização de seus países;... as políticas públicas deveriam responder adequadamente a heterogeneidade dos grupos juvenis existentes, focalizando com rigorosidade ações diferenciadas, para responder as particularidades existentes; as políticas públicas de juventude deveriam promover maior e mais ativa participação dos jovens em sua elaboração, implementação e avaliação efetiva; as políticas públicas de juventude deveriam claramente com perspectiva de gênero, brindar com iguais oportunidades e possibilidades homens e mulhere. (SECRETARIA..., 2002, p.69)

Pouco se avalia, mas em muitas situações juvenis, alguém, um adulto entra como intermediário da ação, o que pode ser caracterizado como um

protagonismo direcionador. O perigo é que esse alguém esteja tão amarrado às normas institucionais da qual participa que nem se dê conta do papel domesticador exercido. Nesta situação, podem estar muitos professores, assessores, consultores ou planejadores governamentais, religiosos ou não governamentais quando acompanham grupos, principalmente de jovens.

E esse protagonismo do adulto tem resultado quando consegue que os jovens assumam comportamentos necessários à conservação das instituições, sem nenhum senso crítico.

Os adultos podem possibilitar várias experiências positivas e negativas de participação dos jovens, pois estes, em geral, passam por vários grupos sociais ao mesmo tempo e na sua grande maioria planejados pelos adultos. Os exemplos são muitos: escola, lazer, narcotráfico, moda, indústria de bebidas e outras.

Na vida essa passagem pelos grupos é decisiva. É aí que aparece a questão. Ser protagonista para quê e para quem? Dependendo da resposta outra pergunta se apresenta: esse protagonismo obedecerá um padrão definido ou quem age tomará essa decisão?

Quando se fala em protagonismo torna-se necessário ter presente a questão do poder em seu exercício microsociais. Muito se discute o tema da democracia representativa e pouco a democracia participativa. Embora os movimentos sociais venham apresentando essa bandeira tem-se ainda muitas desconfianças em relação a sua trajetória.

Quando se fala nos jovens isso fica mais evidente. Os mesmos, estão numa situação de muita vulnerabilidade. Pouca idade, pouco direito de movimentar-se, de opinar, de constituir sua própria forma de ser. Quando busca espaços de sociabilidade é controlado ou se pretende controlá-los, desde a família passando pelo Estado até ao mercado internacional.

Todos buscam dizer ao jovem como proceder, e quando não são aceitos utilizam a fórmula tradicional de caracterizá-los de rebeldes. Assim o autoritarismo ou autoridade do adulto pode imobilizar ou limitar as ações juvenis. Todavia, no caso do Brasil, os jovens apresentam muitas formas de sociabilidade induzidas ou não para situações de participação social. É esse o quadro que será apresentado abaixo.

Este texto busca uma compreensão inicial de como grupos sociais e políticos importantes da sociedade incorporam o conceito de protagonismo em suas práticas e análises cotidianas.

Destacar-se-á o Documento-Base (SECRETARIA GERAL IBEROAMERICANA DE JUVENTUDE) a ser estudado pelos representantes de países Iberoamericanos, a Igreja Católica de Porto Alegre e os Sociólogos Augusto Caccia-Bava e Paulo Sérgio do Carmo.

Examinemos formas de protagonismos

O governo latino-americano – Os Ministros de Juventude dos países iberoamericanos no encontro acontecido em outubro de 2002, na Espanha, pretendiam aprovar o Livro Branco sobre Políticas de Juventude. Não se tem notícias das conclusões com relação a essa discussão.

No Documento-Base apresentado para estudo preliminar dos representantes de Estado o segundo capítulo apresentava o tema: Juventude e Políticas Públicas: um balanço dos anos noventa. Deste, um item foi destacado para esse trabalho. É o que se referia aos discursos sobre a organização e participação juvenil, um novo paradigma?

...convém recordar que a imensa maioria dos jovens iberoamericanos se encontra totalmente a margem das organizações e dos movimentos juvenis existentes. Apenas entre 5 e uns 20 % declaram participar de alguma em especial. A grande maioria dos que o fazem, se concentram em organizações desportivas ou religiosas. Alguns assistem concertos de rock e outros eventos musicais similares, as principais atividades que realizam no tempo livre têm a ver com “passá-lo com amigos”, ver televisão, ir ao cinema ou a festas. É isso que demonstram as pesquisas conhecidas, que também mostram que a presença de jovens em movimentos estudantis, sindicatos, partidos políticos e organizações comunitárias é ínfima. (SECRETARIA..., 2002, p. 32)

Os elaboradores da proposta inicial reconhecem os jovens como sujeitos de ações sociais públicas. Mas, há uma descrença, por ser a minoria que age, segundo a estatística oficial. Eles estão olhando para os jovens que serão atendidos pelas políticas públicas com seus sucessos e fracassos e apontam para o fato de que, os jovens querem participar em organizações, o que demonstra que não as rejeitam e sim, as práticas com que as ditas organizações se manejam e não seus fins e objetivos concretos. Em suma

os jovens querem participar (e o fazem ativamente quando as convocatórias são transparentes e compatíveis) porém não querem sentir-se manipulados. Importa também reconhecer que entre os que participam se verifica sempre uma grande inconstância: na maior parte dos casos, se trata de uma participação em atividades

específicas, durante certo período de tempo e não de um pertencimento as organizações como tais. Isto evidencia outra característica relevante: os jovens vivem o presente com uma grande intensidade, sem que em suas vidas cotidianas pese demasiado a noção de médio e longo prazo (ainda que os adultos sempre identifiquem os jovens com o futuro. (SECRETARIA..., 2002, p. 32)

Parece haver uma preocupação por parte dos governantes em enquadrarem os jovens em um modelo de participação. E nessa, a possibilidade de controle é total e sua atuação previsível. Isso é tão verdadeiro, que os mesmos acreditam estar frente a um novo paradigma totalmente distinto do tradicional, pois,

enquanto no passado as identidades coletivas se construíam em torno a códigos sócio-econômicos e ideológicos-políticos, agora se constroem em torno a espaços de ação relacionados com a vida cotidiana (*direitos da mulher, defesa do ambiente, etc.*); enquanto no passado os conteúdos reivindicativos se relacionavam com a melhora das condições de vida (em educação, emprego, saúde, etc.) agora se estruturam em torno ao exercício de direitos (*na sexualidade, na convivência, etc.*); enquanto que no passado os valores predominantes tinham uma visão messiânica e global (a mudança social deve modificar a estrutura para que mudem os indivíduos) agora estão mais vinculados com o aqui e o agora, desde a lógica dos indivíduos, os grupos e as estruturas (simultaneamente); e enquanto no passado a participação era altamente institucionalizada, agora se reivindicam as modalidades horizontais e as redes informais, mais flexíveis e temporais, evitando a burocratização. (2002, p.32-3)

As informações contidas no documento são importantes à medida que repassa aos representantes governamentais uma nova postura necessária ao controle dos jovens. Observe-se que esse documento é destinado exclusivamente aos países Iberoamericanos.

A terceira parte do documento traz outras informações substanciais que são a meta de participação desejada para os jovens dos países membros.

A recomendação feita é que o contexto atual seja altamente favorável a um novo patamar de desenvolvimento a essas sociedades. Os indicadores positivos são as tendências populacionais na iberoamérica, pois não estão nascendo crianças como nos últimos cinquenta anos e não se conta com grandes contingentes de população anciã, especialmente nos países em desenvolvimento como: Brasil, Colômbia, México, Venezuela e Peru. Portanto, acreditamos ser possível a construção da sociedade do conhecimento.

A base dessa sociedade está nas potencialidades das novas tecnologias da informação e da comunicação e sua decisiva influência em todas as dimensões da dinâmica societal. Pois,

como se sabe, as tecnologias da informação e a comunicação incorporam inovações em vários planos simultaneamente: microeletrônica, computação (tanto equipamento como em programas), telecomunicações e ótica eletrônica (microprocessadoras, semicondutores, fibra ótica, etc.). O relevante do tema, é que essas inovações são as que estão permitindo processar e armazenar cada vez mais informações e distribuí-las cada vez com mais velocidade, através de redes espalhadas por todo o mundo. Os especialistas sustentam que a capacidade da computação se duplicará a cada 18 a 24 meses (graças a rápida evolução dos comunicações (em base a uma explosão na amplitude de banda sustentada pelos avanços da tecnologia das redes de fibra ótica). Ambas tendências, se desenvolveram em paralelo com enormes reduções de custos e significativos aumentos da velocidade e quantidade de informação a distribuir. (2002, p.51)

Todo esse otimismo visível no uso da informática, torna relevante as implicações práticas,

na medida em que as Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC estão permitindo dar mais transparência ao planejamento e as transações, aumentar a participação política (tanto em termos de formulação de propostas como no desenvolvimento de mecanismos de controle cidadão), desenvolver bastante a educação a distância, a telemedicina, o teletrabalho e um grande etc... que cada um pode dar de conteúdo. Por tudo isso, o processo em marcha abre importantes oportunidades que teremos que aproveitar, ao tempo que gera novos riscos que teremos que controlar, trabalhando decididamente nestas matérias. (2002, p.52)

Não há como negar esse novo desenvolvimento tecnológico para alguns, mas a esmagadora maioria continuará fora, lutando por condições de sobrevivência.

A esses mesmos governantes é dito que o protagonismo juvenil estará presente na medida em que for envolvido nos principais processos de investigação e desenvolvimento e quando estiver colaborando decididamente para novas ferramentas nessas esferas e no uso dinâmico das novas tecnologias de informação e comunicação. O elemento central está na idade daqueles que trabalham com essas matérias e incorporam essas novas ferramentas em sua vida cotidiana. Aqui estaria o caráter revolucionário de tal sociedade.

Acontece que os jovens entram com duas condições: ou serão destinatários da nova tecnologia ou **atores estratégicos do desenvolvimento**, pré-estabelecido para os jovens iberoamericanos.

As políticas públicas devem processar-se dentro deste modelo de inserção participativa do chamado segmento juvenil.

Igreja Católica – É uma grande força incentivadora de participação social. Os documentos elaborados pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e as Encíclicas das últimas décadas assim atestam.

Por isso, no Rio Grande do Sul, a Igreja Católica se propôs a conhecer melhor aquilo que está sendo feito pelas paróquias com relação aos jovens. Para isso, fez no ano de 2000 uma pesquisa (É PRECISO..., 2001) em que apresenta a situação da Pastoral de Juventude no que se refere à participação juvenil. Os questionários foram aplicados na Arquidiocese de Porto Alegre, constituída por 160 paróquias (23,5 % das paróquias do Estado do Rio Grande do Sul); no Inter-diocesano Leste formado com 292 paróquias, correspondendo a 43,5 % do Regional Sul 3; no Inter-diocesano Sul com 8,5 % das paróquias do estado; no Inter-diocesano Centro-Oeste contando com 27,3 % das paróquias do estado e no Inter-diocesano Norte com 21,0 % das paróquias do Estado.

As questões feitas pelos organizadores tinham por objetivo informações sobre dados gerais dos grupos existentes na paróquia e da reunião desses grupos; acompanhamento ao grupo de jovens; a formação do grupo – subsídios, programação, atividades; espiritualidade; organização e articulação.

As respostas foram organizadas e analisadas cuidadosamente pelo Pe. Hilário Dick S.J. e alguns destaques serão apresentados por sugerirem um tipo de protagonismo juvenil.

Os dados gerais dos grupos de jovens da Igreja Católica, orientados pela Pastoral da Juventude, no Estado do Rio Grande do Sul indicam que os participantes podem ser divididos em duas faixas etárias: de 13 a 16 anos e de 17 a 25 anos. Não se observou nenhuma explicação para essa divisão. A grande maioria dos grupos está na faixa etária de 13 a 16 anos. No geral os grupos possuem mais de 3 anos de existência e são caracterizados como “grupos de base”.

A justificativa para a formação dos grupos é esta: “o grupo é considerado como uma **opção pedagógica**, isto é, o grupo toma a forma de um ato de fé pedagógico. Ele é a experiência central da proposta evangelizadora da Pastoral da Juventude”. (É PRECISO..., 2001, p.3).

Nesta percepção, os jovens são orientados a fazer parte de um grupo com normas próprias para o seu desenvolvimento. O processo de formação dos membros acontece por meio de vários subsídios elaborados, distribuídos ou divulgados pela coordenação diocesana da PJ. Esses subsídios podem ser: jornal *Mundo Jovem*; jornal *Juventude*; artigos esparsos; leitura da Bíblia; troca de experiências; *Missão Jovem*; subsídios da PJ; subsídios dos movimentos; material específico da igreja sobre Campanha da Fraternidade, Natal, mês Missionário... E outros.

No entanto, muitos grupos não fazem uso desses subsídios ou não os conhecem. Isso significa que na regularidade dos grupos, a formação dos membros depende muito do coordenador ou de quem exerça sua animação, podendo ser tanto um jovem ou uma jovem como um adulto.

Muitos grupos relataram a falta de assessoria de um adulto preparado para o acompanhamento dos jovens. Esse adulto seria o assessor que pode tanto ser um religioso como uma religiosa, adultos casados ou lideranças jovens com mais formação. O critério de formação deve estar relacionado à idade, ao conhecimento religioso e à juventude mesma.

Esta pesquisa indica que a articulação desses grupos de Pastoral Juvenil no Rio Grande do Sul possui dois grandes desafios, quais sejam: o desconhecimento da existência das Coordenações Diocesanas (central) e a falta de comunicação desta para com os grupos juvenis que formam a pastoral, o que parece ser bom na medida em que os grupos juvenis possam elaborar seus próprios programas de trabalho, priorizando suas peculiaridades e necessidades.

A marca dos grupos juvenis da PJ está na espiritualidade dos mesmos. E duas tendências expressam-se no relato de seus membros; há um espiritualismo alienado e acrítico de um lado e a rejeição de tudo o que significa compromisso social e político do outro. Isso é mais forte para um ou para o outro dependendo do contexto do grupo, quer dizer, se sua existência está na cidade ou na zona rural, se de centro ou de periferia, se de classe média ou classe popular. Há uma de que a espiritualidade alimente a frequência dos membros no grupo e que eles assumam seu compromisso para com a comunidade na qual está inserido. Se a espiritualidade é fraca isso vai refletir no grupo e que conseqüentemente será desmotivado.

A coordenação desses grupos está distribuída de forma equilibrada entre rapazes e moças. O cargo de coordenador pode ser ocupado por indicação dos jovens ou hierarquia paroquial, seja por votação ou nomeação.

A questão de gênero pode ser discutida como uma garantia de respeito aos participantes, porém a pesquisa diz pouco quando a escolha recai nas meninas; segundo coordenação, o fato é bem aceito pelos membros do grupo e da hierarquia religiosa local.

Outro aspecto relevante é a representatividade desses grupos nas instâncias de decisões – paroquial ou central. Uns poucos participam mais, outros menos.

O jovem para que tenha uma atuação mais reconhecida precisa estar presente nos níveis de decisão por vários motivos, deve estar exercendo várias atividades de interesse da igreja e com isso acumulando experiências para compromissos futuros.

Por esta situação pode-se dizer que há uma possibilidade de atuação juvenil. Essa oportunidade será mais ou menos ativa dependendo da coexistência dos poderes existentes nesse espaço. Se há concepções e práticas democráticas no conjunto dos grupos da comunidade, os jovens terão mais condições de serem priorizados.

Essa pesquisa pode ser tomada como uma referência ao protagonismo juvenil. Para alguns grupos esse protagonismo é mais fraco e pode estar ligado a figura do “adulto” (pai, religioso, jovem mais maduro ou, até mesmo um casal).

A participação real dos jovens nas atividades da igreja ou comunidade acontece na animação das liturgias, compromisso com a catequese e crisma; promoção de festas. Atividades de cunho social ou artístico são apontadas por alguns grupos e sempre em plano secundário.

Essa atuação juvenil poderá estar mais voltada para o desenvolvimento da própria instituição, embora possa existir uma ponte, mesmo que precária, para um agir ampliado na vida social como um todo (comunidade, cidade, país...)

Há um lugar principal a ser ocupado na instituição, mas o critério está direcionado pelo poder institucional e não pelas características próprias dos jovens.

Augusto Caccia-Bava, (2002), coordenador do conselho consultivo do Centro Brasileiro da Infância e Juventude – CEBRIJ, faz uma análise descritiva do protagonismo juvenil.

Sua primeira experiência efetiva de trabalho com crianças, adolescentes e jovens foi em 1996, quando participou de um debate público pela defesa do direito de educação das crianças e adolescentes trabalhadores. A partir desse fato, começou a provocar discussões em sala de aula, com jovens universitários sobre a formulação de políticas públicas destinadas a erradicação do trabalho infantil.

Nesse trabalho, porém, a pobreza, com seus limites à sobrevivência das famílias envolvidas, impossibilitou uma ação efetiva de erradicação do trabalho infantil, mas para os jovens universitários resultou num compromisso de partir para outras formas de apoio às crianças e adolescentes.

Essa situação de gravidade social estimulou o professor da UNESP (Universidade Estadual Paulista) a fazer uma proposta de pesquisa e intervenção com os jovens.

O direito dos jovens deveria colocar-se à frente do processo de formação cultural dessa geração.

Embora estivesse no centro da discussão, o direito dos jovens não se constitui em única garantia de manutenção da integridade das políticas públicas. Para que elas se realizem precisaria existir espaços públicos e de comunicação que garantissem os direitos, bem como, a criação de bases para sua formulação.

Os jovens universitários, sob sua orientação, em contato com outros jovens em situações diversas das suas, vivenciaram as dificuldades sociais diárias e intransponíveis muitas vezes existentes. Em sua experiência de pesquisa e trabalho, os jovens envolvidos demonstraram possuir capacidade de converterem-se em protagonistas da sua própria formação cultural e das novas gerações, inclusive em condições precárias e desfavoráveis, pois obtiveram a oportunidade de tornarem-se porta-vozes em defesa dos direitos universais das crianças e adolescentes.

Os jovens não fizeram exigências financeiras ou qualquer outra para se envolverem nesse trabalho e com essa experiência puderam reconhecer valores étnicos, éticos e referências culturais de seus grupos de origem, como potencialidade de existência, por meio da compreensão cultural dos processos que viveram e com os próprios grupos. Essa atuação juvenil foi acontecendo à medida que os jovens foram tomando consciência de uma realidade que também poderia ser a sua, mesmo que no momento da intervenção estivessem como alunos universitários. Esse distanciamento-aproximação possibilitou-lhes

interagir em situações de confronto uma referência para a formação cultural dos jovens, no contexto de realização de suas potencialidades e direitos, encontra-se na própria família e não dentro da escola. Tratavam-se tanto de suas famílias de origem, como de outras, com as quais conviviam, ou famílias formadas por eles mesmos.

Convivendo com outros jovens e conhecendo suas dificuldades, a participação cidadã aconteceu dentro de uma realidade que não se encontrava circunscrita à localidade onde viviam, mas que alcançava outros contextos.

Conversando, estudando e debatendo em sala com crianças, adolescentes e outros jovens, foi crescendo a compreensão dos direitos da família, seguindo-se os direitos da infância, da adolescência e da juventude, e assim os jovens universitários puderam ter uma compreensão cultural da localidade, da cidade e da sociedade em que vivem, pois é dessa compreensão que surgirá a consciência dos deveres que é a defesa da integridade da vida.

Trata-se de uma experiência que revelou a consciência do dever do jovem de predominantemente, preservar a integridade humana na maternidade, na família, na escola, no trabalho, na cidade, no envolver-se no dever formal a respeito das normas estabelecidas. Pois, assim, garantirão “o direito de serem jovens”.

Dando continuidade a esse trabalho com jovens universitários, desta vez, com jovens da periferia ligados a Associação Educacional de Juventude em Ribeirão Preto, o foco deslocou-se, no ano de 2002, para a segurança urbana.

A proposta de discussão sobre segurança urbana e direitos sociais dos jovens possibilitou a emergência do tema convencionado como violência urbana. Os jovens envolvidos reconheceram que é possível a construção de relações sociais justas, porém os meios de comunicação de massa agem em sentido oposto, uma vez que a mídia não difunde idéias de segurança para os jovens.

Os mesmos apontam para a afirmação de padrões culturais alternativos, e nestes, o respeito pelas pessoas deve começar em seus bairros, dada a presença não reprimida de narco-traficantes, famílias com práticas violentas, violência institucional constante.

O passo seguinte foi estabelecer projetos pontuais relacionados à segurança urbana, em que familiares, poder público local e representantes de entidades privadas articulados e organizados se posicionem para superação do estado de violência que tomou conta da cidade.

Essa prática de cooperação pacífica, envolvendo toda a sociedade civil, pode alimentar uma rede de comunicação democrática e popular construindo uma base objetiva de sustentação dos direitos do cidadão.

É dever do Estado, da sociedade e de todo cidadão a manutenção da integridade da vida, sob todos os seus aspectos. Ter consciência de direitos é ter consciência do dever de proteção da integridade da vida e do patrimônio que ela gera para sua realização e expansão.

É este compromisso de atuação que gera uma cidade segura não só para os jovens, mas para as mulheres, idosos, crianças, e por que não dizer para todos os seus habitantes.

Neste exemplo, o principal conquistador é o jovem, pois sua experiência negativa com relação ao adulto - seja ele professor, pais, autoridades e empregadores, transforma-se em construção de valores positivos relacionados à sua existência.

Paulo Sérgio do Carmo, (2001), apresenta a atuação dos jovens em vários momentos da sociedade brasileira. Os destaques foram para as artes, música, cinema, partido político, estilos juvenis e a imprensa alternativa.

Para cada década estudada o autor caracteriza um comportamento juvenil como resistência política. Demonstra que os grupos de jovens que alimentavam o desejo de uma sociedade diferente estavam ligados à classe média e alta. A revolução era uma causa dos estudantes, bem mais que dos trabalhadores e camponeses. Mas, apresenta também os grupos ligados aos operários e à periferia. Estes últimos não falam em revolução ou coisa parecida, porém, criticam a sociedade com suas desigualdades sociais.

Ele preocupa-se ainda em mostrar a conjuntura econômica do Brasil e dos Estados Unidos nas décadas de cinquenta (50) até noventa (90). Observa em sua análise que os jovens, por um período de tempo relativamente curto, põem em cheque sua própria sociedade. Seu vestuário, linguagem e estilo específico de música ou organização juvenil acabam se tornando uma identidade que assusta e amedronta.

Ao mesmo tempo, esses jovens são absorvidos pela indústria cultural, vinculando ao universo da sociedade de consumo e de violência que tem no jovem a principal vítima (e causador). Os casos mais comuns são os bailes

punks, as gangues juvenis, as torcidas organizadas de futebol, o movimento *Skinheads* (cabeças raspadas), isso tanto no Brasil como fora dele.

Por fim, o autor dedica-se à geração digital, àquela que assume os valores da sociedade tecnológica. Dá ênfase a *internet*. Essa geração que seria chamada geração N, abreviatura de *Net generation*.

Carmo (2001) usa os conceitos de cultura, alienação, ideologia, indústria cultural, direita e esquerda para situar o leitor em sua análise.

A importância dessa leitura está no reconhecimento de que há uma intensa atuação juvenil que representa as juventudes existentes e não uma única juventude, aquela caracterizada como rebelde ou apática.

Desafios e obstáculos ao protagonismo juvenil

Santos (2002) considera importante que se amplie o espaço público dos debates sobre exclusão social e repressão da diferença, pois devem surgir outras práticas de reconhecimento cultural e de inclusão social.

Este fato parece ser de difícil resolução porque as sociedades periféricas e semiperiféricas do mundo acostumaram-se a pensar na representação como um cânone único da democracia. E nele, o critério dessa representação está diretamente relacionado a eleições. Por isso deixou-se de lado o critério da participação ativa. Agora votar é o bastante.

Uma sociedade mais justa e mais democrática deve ser construída por todos os seus membros. Os jovens são sujeitos referenciais para este outro pensamento social, pois vivenciam o poder opressor em suas várias dimensões: na família, na escola, no bairro, nas próprias associações juvenis, nas instituições públicas e privadas. Poucas vezes pode constituir-se como sujeito de suas ações porque haverá sempre a desconfiança de que o que ele fizer será mal feito.

Os jovens mais que os outros sujeitos sociais são sempre acusados de rebeldes. E não fica só na acusação. Muitas vezes, até por olhar alguém com firmeza é acusado de zombar da autoridade dos mais velhos. Quando faz perguntas, precisa policiar o tom da voz para que não seja visto como mal educado ou agressivo. Quando emite opiniões, respondem-lhe que não tem experiência para tal. Quando organiza eventos há sempre quem fique com o

coração na mão. Isso só faz reforçar nele, mais que nos outros, a negação de ser aquilo que é hoje a geração dos adultos.

Santos (2001) acredita que as ações rebeldes, quando coletivizadas, são a resistência social a estas formas de poder e, na medida em que se organizam, segundo articulações locais-globais, constituem intervenções contra-hegemônicas.

Os jovens, mesmo que por um curto período de tempo negam,

nas sociedades as imagens que têm de si vistas nos espelhos que constroem para reproduzir as identificações dominantes num dado momento histórico, pois esses espelhos criaram sistemas e práticas de semelhança, correspondência e identidade, que asseguram as rotinas que sustentam a vida em sociedade. (SANTOS, 2001. p.47)

Fazem isso com a ousadia de que são capazes. E são capazes de enfrentar a polícia, caminhar “sem lenço e sem documento”, “viajar”, ou simplesmente sonhar. Coisas que os adultos já não são capazes de fazer.

Essa sociedade desigual, na qual nos tornamos escravos do tempo e da mercadoria, rivalizada entre pobres e ricos, desenvolvidos e subdesenvolvidos, cultos e “ignorantes”, enquanto tiver jovens, possui capacidades de transformação, não por que são identificados como futuro, mas porque são o presente, com toda a complexidade que isso possa expressar.

Mesmo que passem os séculos, as características do ser jovem continuam sendo: ousadia, alegria, coragem, estar entre grupos, mudança radical e disponibilidade para a ação.

Os jovens sempre confrontarão os adultos que querem que eles ajam conforme a instituição com seus comportamentos-padrões, normas estabelecidas e hierarquia. No entanto, o que eles querem ou podem fazer é rebeldia, lutar pelo novo e pela possibilidade de mudança.

É urgente responder às perguntas sobre o que queremos que esses jovens protagonizem e o que eles querem de fato protagonizar, pois:

A reinvenção da emancipação social está baseada na exigência radical de que só haverá emancipação social na medida em que houver resistência a todas as formas de poder. A hegemonia é feita de todas elas e só pode ser combatida se todas forem simultaneamente combatidas. Uma estratégia demasiadamente centrada na luta contra uma forma de poder, mas negligenciando todas as outras, pode, por mais nobres que sejam as intenções dos ativistas, contribuir para aprofundar em vez de atenuar o fardo global da opressão que os grupos sociais subalternos carregam no seu cotidiano. (SANTOS, 2002 p.27)

É necessário pensarmos na reinvenção das formas de resistência. Isto deve acontecer se quisermos construir uma contra-hegemonia na área da democracia participativa, pois não podemos esquecer que esse movimento é baseado em iniciativas locais destinadas a mobilizar lutas nesses locais, mesmo que para resistir a poderes translocais, nacionais ou globais, o que implica ter claro que a resistência à opressão é uma tarefa cotidiana, protagonizada por grupos definidos e que sem essa resistência o movimento democrático transnacional não é auto-sustentável.

Podemos relacionar esse fato com os segmentos subalternos da sociedade. Mas, no caso dos jovens torna-se mais significativo. Eles são a maior parte dos desempregados, são excluídos do ensino médio e superior; se estiverem na periferia das grandes cidades, são considerados “perigosos”, quando incluídos em famílias e escolas são destituídos de segurança no bairro e na cidade.

Nesse contexto de vida o jovem urbano, é principalmente, empurrado para a construção de uma diversidade de comportamentos e associações juvenis que desafia o poder dos adultos e das instituições oficiais. Talvez, essas associações ainda estejam devidamente mapeadas, mas já apontam uma cartografia diferenciada quanto ao modelo de jovem construído socialmente.

As associações juvenis, historicamente, importunaram as instituições. *Hípias*, *punks*, movimentos guerrilheiros, ecológicos, de homoeróticos entre outros.

Protagonismo ou práticas juvenis de resistência podem ser o caminho de volta que a sociedade deve construir para ser uma sociedade de iguais, não perante a lei, mas frente a existência humana.

Referências

- CACCIA-BAVA JUNIOR, A. **Metodologia educativa com jovens e direitos juvenis**. Araraquara: FCL/UNESP, 2002.
- CARMO, P. S. do. **Culturas da rebeldia: a juventude em questão**. São Paulo: Ed. SENAC, 2001.
- É PRECISO cuidar do broto. **Pastoral da Juventude**, Porto Alegre, n. 85, 2001.
- SANTOS, B. de S. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- SANTOS, B. de S. (Org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SECRETARIA GERAL DE LA ORGANIZACIÓN IBEROAMERICANA DE JUVENTUD. Insumos iniciales para el diseño del Libro Blanco sobre políticas de juventud en Iberoamérica: Documento Base.[S.l.; S.n.], 2002.